

A influência positivista em São Paulo nos primórdios da República: memórias do progresso e da pobreza associada ao higienismo

Afonso Soares Oliveira Sobrinho

Doutorando em Direito FADISP. Mestre em Políticas Sociais- UNICSUL. Advogado.
affonsosobrinho@yahoo.com.br

▼ **Resumo:** O pensamento positivista nos primórdios da República em São Paulo era associado às ideologias de higiene e limpeza social. Nesse contexto as memórias do progresso material da época revelam as medidas de disciplinamento da pobreza enquanto constituidora de uma utopia burguesa de uma nova ordem social.

Palavras-chave: positivismo; progresso; higiene; memória; pobreza.

▼ **Abstract:** In the early days of the Republic in São Paulo, positivist thought was associated with ideologies around ideas such as hygiene and social cleansing. Within this context, memories of the material progress of the time show the disciplinary measures used on the poor while the Burguese utopia of a new social order was built up.

Key words: Positivism; Progress; Hygiene; Memory; Poverty.

1 A influência positivista no progresso de São Paulo a partir do advento republicano: o processo higienista da pobreza

No contexto do advento republicano em São Paulo, a ciência tinha papel de destaque como pensamento de uma nova ordem social mais próxima da burguesia e que questionará uma sociedade sob forte influência da Igreja Católica, estabelecendo um modelo de sociedade urbana mais próxima da realidade dos homens e da produção de desigualdades. Nesse cenário, o engenheiro, o médico e o bacharel aparecem como gerenciadores da ordem e do próprio Estado como personagens do progresso material dos abastados economicamente.

O pensamento positivista¹ tem como base a ciência e a razão como molas do progresso da sociedade. Sua fonte de inspiração será o iluminismo dos séculos XVII e XVIII na Europa.

[...] Os discursos sobre o crescimento e sobre os avanços vão se articulando, no fim do século XVIII, na forma de uma doutrina ou teoria do progresso:

- 1) A história é uma unidade regulada por leis que determinam os fenômenos individuais nas suas relações recíprocas e nas relações com a totalidade;
- 2) O progresso configura-se como uma lei da história;

1 "Positivismo (fr. *positivisme*) I. Sistema filosófico formulado por Augusto Comte, tendo como núcleo sua teoria dos três estados, segundo a qual o espírito humano, ou seja, a sociedade, a cultura, passa por três etapas: a teológica, a metafísica e a positiva. As chamadas ciências positivas surgem apenas quando a humanidade atinge a terceira etapa, sua maioridade, rompendo com as anteriores. Para Comte, as ciências se ordenaram hierarquicamente da seguinte forma: matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia; cada uma tomando por base a anterior e atingindo um nível mais elevado de complexidade. A finalidade última do sistema é política: organizar a sociedade cientificamente com base nos princípios estabelecidos pelas ciências positivas." (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 222)

3) O aumento da capacidade de intervir sobre o mundo e da capacidade de conhecer o mundo é identificado com o progresso moral e político;

4) Este é posto numa relação de dependência com aquele aumento;

5) A luta (como ocorre em Spencer e no darwinismo social) é interpretada como elemento constitutivo ou como mola do progresso [...]. (ROSSI, 2000, p. 114-115)

[...] Augusto Comte pensava que a origem de progresso humano fosse espontaneamente derivada do desenvolvimento gradual das diversas ciências positivas. Dessa ‘nascente aquele grande conceito se tinha progressivamente estendido ao movimento político da sociedade’. A existência de uma forma de saber dentro da qual se dão indiscutíveis melhoramentos e avanços é pensada como a *origem* e ao mesmo tempo a *confirmação* de uma filosofia da história que vê a história caracterizada não só por melhoramentos e avanços, mas por uma intenção racional.

A conjugação entre a visão ‘Baconiana’ do *advancement* e a ‘Comtiana’ do *progresso* foi adotada (com sinal invertido) não só pelos arautos do progresso, mas por todos os inúmeros críticos da ciência e da técnica [...]

[...] a técnica-ciência é a *essência* da modernidade [...]. (ROSSI, 2000, p. 128-129)

O termo positivismo deriva da lei dos três estados que Comte formula em sua teoria da história, designando as características globais da humanidade em seus períodos históricos básicos: o teológico, o metafísico e o positivo. O teológico, por meio do qual a mente humana procura a natureza essencial das coisas, as causas, e o homem supõe os fenômenos produzidos pela ação imediata de seres sobrenaturais; o metafísico, em que o homem supõe a existência de forças abstratas e de entidades capazes de produzir

todos os fenômenos; e o positivo, em que o homem não procura mais as noções absolutas, a origem e a destinação do universo, não procura a origem e as causas dos fenômenos, e, dessa forma, atinge o estado positivo: em que o homem realiza a reforma do saber. Comte procura conciliar:

[...] em sua proposta política de reforma social elementos da política conservadora, como a defesa da ordem, e da corrente liberal ou progressista, como a necessidade de progresso. Daí o famoso lema do positivismo comtiano, 'o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim' [...]. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 49)

É importante esclarecer que, não por acaso, quando falamos de higiene², falamos do positivismo por ser uma ideologia que permitirá a modificação realizada na cidade a partir de um modelo de racionalidade, que se realiza como um discurso e práticas excludentes das elites³. Portanto,

2 *Higiene*. Derivado do grego *hygieinos* (que tem saúde); tecnicamente é a parte da medicina que trata da saúde, mostrando os meios de conservá-la, evitando doenças.

"[...] A *higiene pública*, assim, compreende toda matéria de ordem propriamente sanitária, como toda medida de caráter mesmo *policia*l, mas de interesse ou para fins higiênicos, isto é, de saúde pública.

A bem de saúde dos habitantes de um lugar e da salubridade dele, todas as medidas, aconselhadas por esta parte da medicina, porém determinada pelo poder público, mesmo que, em certos casos, se mostrem restrições aos direitos individuais ou ao direito de propriedade." (SILVA, 1993, p. 383)

3 "Elite, desde meados do S18, porém mais comumente desde princípios do S19, expressava principalmente uma distinção social por meio da posição, mas também podia ser utilizada para referir-se a distinções no interior de um grupo [...].

Não surpreende, portanto, que seu surgimento em um sentido moderno mais específico esteja relacionado aos debates conscientes sobre classe. Isso tem dois aspectos principais: o primeiro, o sentido de que houve uma ruptura nos velhos modos de distinguir pela oposição ou por hereditariedade aqueles mais aptos a governar ou exercer influência, e um fracasso na busca de novos modos de distinguir tais pessoas por meio de eleição formal (parlamentar ou democrática); segundo, em resposta aos argumentos socialistas sobre o governo de classes, ou sobre a política como conflito entre classes, o argumento de que as formações efetivas que governam e exercem influência não são as classes, mas as elites. O primeiro sentido, menos formal, está representado no S19 por muitas expres-

um progresso para poucos, e ordem para os pobres inclusive por meio da repressão policial. Rompe-se com a própria concepção de planejamento urbano que respeita a paisagem natural da cidade (rios, várzeas). Em nome do progresso material, demolem-se cortiços. Expulsam-se os pobres do centro em direção às áreas periféricas e prioriza-se o tratamento dos problemas sanitários pela reorganização do modelo de cidade com o discurso de rom-

sões alternativas – *os letrados [clerisy]* de Coleridge, *os mais sábios [the wisest]* de Mill, os melhores e os restantes [*the Best e the remnant*] de Arnold. A significação reside, em cada caso, na suposta distinção de tais agrupamentos em relação às poderosas formações sociais existentes. No uso geral do termo no S20, todos esses pressupostos se incorporam à elite, embora seja característico que muitas vezes ainda se evite a palavra por causa de algumas de suas associações (hoje se usam mais frequentemente as noções abstratas de *excelência* ou de PADRÕES [v] para exprimir ideias similares ou relacionais). O segundo sentido, mais formal, introduz-se efetivamente em uma tendência da teoria social que deriva de Pareto e de Mosca.” (WILLIAMS, 2007, p. 150-151)

“ELITE. Minoria influente que toma as decisões no interior de uma classe ou grupo social. Distinguem-se várias elites, abrangendo os membros dos grupos ocupacionais que possuem *status* elevado no conjunto da sociedade: a *elite política*, a *elite intelectual*, a *elite empresarial* e a *elite militar* estão entre as mais poderosas. O conceito de elite nas ciências políticas e sociais foi particularmente estudado pelos sociólogos italianos Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca, no início do século XX. Para eles, a elite seria formada por indivíduos superiores, socialmente bem organizados. Ambos se preocuparam especificamente com a análise das elites políticas, controladoras do poder e donas de todas as vantagens proporcionadas pela função. Opunham-se, dessa forma, às teorias que centralizavam a análise política e social no mecanismo das classes sociais e no conflito existente entre elas. Atualmente, o estudo das elites relaciona-se com a complexidade das chamadas sociedades de massa, que abrigam poderosas organizações burocráticas (empresas oligopólicas, partidos políticos, sindicatos, meios de comunicação de massa e organizações estatais). Todas essas organizações seriam dominadas por elites específicas. O sociólogo Wright Mills, analisando a sociedade norte-americana em seu livro *As Elites do Poder*, distingue três elites fundamentais — *dirigentes de empresas, líderes políticos e chefes militares* —, todas basicamente recrutadas no interior do mesmo estrato social e unificadas em torno de objetivos comuns. Outros sociólogos norte-americanos distinguem cinco tipos de elite que habitualmente assumiram a liderança do processo econômico: *elite dinástica*, proveniente da aristocracia agrária (caso do Japão); *elite de classe média*, composta de membros de uma nova classe empresarial (Inglaterra e Estados Unidos); *intelectuais revolucionários* de tendência socialista (ex-União Soviética, China, Cuba); *administradores coloniais*, representantes do poder metropolitano nas colônias (África e Ásia); e *líderes nacionalistas*, recrutados no interior das camadas superiores ou nas Forças Armadas de países em desenvolvimento (Egito, Líbia)”. (SANDRONI, 1999, p. 201)

per com o “atraso” para uma “cidade moderna”. Esta vai “resolver” a questão sanitária canalizando rios, aterrando áreas alagadiças para a construção de avenidas e prédios, e escondendo os rios “embaixo” das ruas e junto ao esgoto, numa tentativa de se afirmar como vocação para o futuro, numa utopia⁴ elitista. Porém, como observamos no presente, com as chuvas, afloram os rios e riachos pelo transbordamento dos espaços escondidos embaixo do asfalto. No entanto, prefere-se culpar os mais pobres pela sujeira na cidade e seus problemas de doenças associadas à falta de higiene.

A questão social e sua relação com as doenças como sintoma da pobreza e da degeneração do corpo social era motivo de preocupação em São Paulo desde tempos remotos, entre a passagem do século XIX-XX como discurso das elites paulistanas.

[...] Destruir miasmas e germes

No século XIX, a metáfora do corpo orgânico percorre o discurso dos médicos sanitaristas, assim como de outros homens cultos do período, na representação da sociedade. Pensado como um organismo vivo, o corpo social segundo esta construção imaginária deveria ser protegido, cuidado e assepsiado através de inúmeros métodos e mesmo de cirurgias que extirpassem suas partes doentias, seus cancros e tumores.

[...] De acordo com a teoria dos fluidos, que dominava o pensamento médico desde o século XVIII, o ar e a água eram consi-

4 “Utopia 1. Termo criado por Tomás Morus em sua obra *Utopia* (1516), significando literalmente ‘lugar nenhum’ (Gr. *ou*: negação, *topos*: lugar), para designar uma ilha perfeita onde existiria uma sociedade imaginária na qual todos os cidadãos seriam iguais e viveriam em harmonia. A alegoria de Tomás Morus serviu de contraponto através do qual ele criticou a sociedade de sua época, formulando um ideal político-social inspirado nos princípios do humanismo renascentista.

2. Em um sentido mais amplo, designa todo projeto de uma sociedade ideal perfeita. O termo adquire um sentido pejorativo ao se considerar esse ideal como irrealizável e portanto fantasioso. Por outro lado, possui um sentido positivo quando se defende que esse ideal contém o germe do progresso social e da transformação da sociedade [...]” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 274)

derados veículos mórbidos, portadores de emanções fétidas e pútridas, conhecidas como *miasmas*, transmissores da doença. A inalação dos miasmas poderia provocar uma ruptura do equilíbrio do organismo, obstruindo as vias de circulação do sangue e ocasionar, deste modo, o surgimento da doença, da febre pestilencial, do escorbuto e da gangrena. Assim, químicos, biólogos e médicos partiam, na Europa, desde meados do século passado, à procura de antissépticos capazes de destruir os miasmas. Por outro lado, o movimento era dotado de um poder purificador: impedia a desorganização pútrida da cidade e da vida de seus habitantes, ameaçadas pelos pântanos e por todo local em que se acumulassem detritos, dejetos, substâncias estranhas, insetos e matérias em decomposição [...]. (RAGO, 1997, p. 167-168)

Há problemas de saúde pública, higiene, conflito dos operários, greves; nessa desordem, tinha de haver a ordem pública, posta pela burguesia acima do bem e do mal. Uma ordem branca, europeia. Os grevistas desestabilizam a ordem na cidade. Ações policiais e emparedamento de setores anarquistas será objeto de ações rígidas pelas autoridades, e a questão social passa a ser tratada como caso de polícia. A escola terá a função de instruir e preparar a população para a civilidade⁵, exigida ao homem ordeiro, trabalhador, dócil.

Os ideais positivistas se difundirão entre setores liberais, como um norte na transição de um modelo de sociedades estamental da monarquia para uma nova ordem urbana mais próxima da civilidade, do progresso, do incipiente capitalismo e de uma incipiente sociedade de classes.

5 “[...] De certo modo, o novo sentido de civilização, a partir do final do S18, é uma combinação específica das ideias de um processo e de uma condição adquirida. Tem atrás de si o espírito geral do iluminismo, com sua ênfase no autodesenvolvimento humano secular e progressivo. Civilização expressou esse sentido de processo histórico, mas também de refinamento e ordem [...]” (WILLIANS, 2007, p. 83)

Essa perspectiva de saneamento, no início da Primeira República, em São Paulo, revela um processo civilizatório em curso que priorizava o embranquecimento da população e a adoção de hábitos e costumes importados *pari passu* a uma série de rupturas que marcaram esse período da nossa história, com a incipiente industrialização, a idealização de uma cidade nos “moldes da Europa”. Forma-se um modelo de civilidade e será preciso por meio do progresso modificar a ordem social.

São Paulo, na passagem do século XIX-XX, aumenta rapidamente sua população pela diversidade econômica, educacional e cultural. E as autoridades passam a adotar medidas visando à preocupação higienista e disciplinadora dos espaços devido à ameaça que a população pobre representa na perspectiva de uma cidade da ordem e progresso material, inclusive a preocupação com os hábitos de higiene e limpeza da cidade.

[...] Em 1886, os poderes públicos municipais inteiram-se sobre as condições de vida da população de baixa renda. Os relatórios sugerem a proibição da construção de novos prédios em área comercial, para fim de moradia operária, ‘não se permitindo a restauração dos já existentes’.

A proliferação dos cortiços e das habitações operárias demonstra a força do poder econômico do setor privado sobre a preocupação sanitária do poder público. A cidade cresceu em função da segregação espacial do operariado e de uma diferenciação social nítida.

[...] Em 1897, se estabeleceram medidas e normas que deveriam ser seguidas pelo setor público e privado, visando a construção de vilas operárias ‘higiênicas’ em torno da cidade de São Paulo, em terras mais baratas. Em 1900 foi aprovada lei que legislou diretamente sobre as instruções de habitação operária. Determinava sua construção fora do perímetro urbano, com isenção de impostos para o construtor [...]. (TEIXEIRA, 1990, p. 72-73)

Nesse ambiente urbano, há espaço para todos, mas cada um terá seu lugar. Há a delimitação dos espaços – as elites vão morar em bairros como Higienópolis, Av. Paulista, Campos Elíseos; os operários em bairros como o Brás, Belém. Inaugura-se uma ordem próxima à “modernidade” (a que poucos têm acesso), com novos hábitos, costumes e cultura, um mundo burguês, pela modificação da paisagem, medidas higiênico-sanitárias. E os cortiços e seus habitantes, como espaços que ameaçam a perspectiva de uma cidade ordeira, são objetos das disciplinas pelas autoridades preocupadas com uma moralidade burguesa, civilizatória, como vemos a seguir na crônica de Americano.

CORTIÇOS

A HABITAÇÃO DA GENTE pobre em São Paulo diferia da do Rio de Janeiro, pela inexistência, aqui, das favelas.

Este nome apareceu no Rio, em cujo Morro da Favela surgiram as primeiras habitações do gênero: algumas estacas, paredes de tábuas de caixotes, velhas telhas de zinco para cobertura. O gênero alastrou-se pelos outros morros e o nome estendeu-se a qualquer amontoado de habitações semelhantes. Como qualquer pessoa podia construir sem empecos em terrenos baldios dos morros, e o material de construção era fácil de obter por dádiva, ou furto, as favelas concentraram grande número de vadios e ratoneiros.

Em São Paulo não havia favelas. O clima áspero impunha a necessidade de trabalhar para obter agasalho, e os mendigos encontravam sempre alguma alma caridosa, que lhes dava um quartinho de fundo de quintal.

O que predominou para moradia da gente pobre foi sempre, em São Paulo, o cortiço. Algum terreno de centro de quarteirão, com pequenas habitações contíguas, com saída para a via pú-

blica, por um corredor a céu aberto, entre muros. Ou então, os porões habitados.

Um cortiço, porém, predominou entre todos e constituía verdadeira povoação dentro da cidade. Era o “Vaticano” no bairro da Saracura, entre a Bela Cintra e o centro da cidade. Formava-se de vários conjuntos de sobrados geminados, no pequeno vale que fica entre a Rua da Abolição e a do Santo Amaro.

As lavadeiras estendiam roupas no terreiro comum, onde brincavam crianças seminuas, e cigarras cantavam ao sol. À tarde, vinham chegando os homens, carroceiros e operários, e um ou outro vagabundo ou mendigo, cuja renda dava bem para pagar o aluguel. E gente sem profissão definida.

Ouviam-se, às vezes, à noite, gritos de alguma mulher espancada pelo marido, ou distúrbios provocados por um inquilino ébrio. De vez que quando uma sanfona, uma cantarola, um violão. E sempre o coaxar dos sapos e o trilar dos grilos.

Perguntaram a um morador da rua santo Antônio, ali pertinho, se não tinha medo de assaltos, e ele disse que não. Os malandros dos cortiços não roubam nas vizinhanças, porque imediatamente a polícia desconfiaria deles. (AMERICANO, 1962, p. 31-32)

2 Memórias do progresso material em são paulo nos primórdios republicano: o disciplinamento da pobreza

Os depoimentos dos memorialistas⁶ são importantes no estudo e resgate da história e para uma melhor compreensão do tempo presente no fazer

6 Com um discurso diferente dos memorialistas na forma de escrever sobre a cidade de São Paulo e de ter outro olhar da cidade, o tema atrai a todos. E, justamente na observação dos vários olhares sobre a cidade, é que torna a comparação daqueles que escrevem

histórico. Interpretações inclusive acerca das visões da elite e dos operários. Na citação acima verificamos como os cortiços representavam uma ameaça ao projeto civilizatório como oposição à modernidade, a ordem e progresso como ideal positivista. A higiene permite transformar os espaços em locais úteis e produtivos do ponto de vista econômico e social para as elites. O poder exercido nos símbolos da modernidade, pelo controle e disciplina do modo de vida dos mais pobres e negação de suas histórias.

O progresso é traduzido como “evolução” e como domínio de técnicas, do controle da força de trabalho para que a cidade atingisse sua plena evolução (“um progresso natural – ideologia discursiva e material da ordem dos acontecimentos”) e, na base dessa noção de progresso, estão a indústria e a sociedade europeia. Mas, essa ideia de evolução não termina apenas por meio dessa base. A cidade apresenta sua temporalidade. Para a camada mais privilegiada da sociedade, a indústria poderia significar um sinônimo de progresso; já para a camada mais pobre, aí incluídos os operários, esse progresso poderia significar reivindicações por direitos, por justiça social, uma vez que a classe mais pobre vendia sua força de trabalho por salários muito baixos, trabalhando em ambientes impróprios e explorados por uma elite privilegiada, na qual a influência europeia é mais presente.

A ideia da industrialização como caminho para a modernização do Estado permite a fundação de instituições voltadas ao ensino científico. Entre as quais aquela que formaria o engenheiro para exercer funções práticas na sociedade. Para esse fim foi criada a Escola Polytechnica de São Paulo, inaugurada em 1894 (SANTOS, 1985, p. 12).

Outro aspecto a ser considerado numa perspectiva de análise desenvolvimentista para a cidade de São Paulo seria a situação geográfica privilegiada da cidade com um sistema de bacias hidrográficas considerável; a presença de um relevo mais plano dando condições adequadas de a cidade ser um lugar de passagem; disposição das estradas; o fato de a cidade ser um

sobre a cidade um tema muito apreciado por historiadores, cronistas, jornalistas dentre outros. (Cf. PRADO JÚNIOR, 1971)

ponto intermediário de comunicação entre o planalto e o litoral; proximidade do porto de Santos. Todas essas justificativas deixam claramente exposta, no discurso do autor, a manifestação do determinismo geográfico em suas justificativas de cunho geográfico, como acentua Prado Júnior (1971).

Como o determinismo geográfico defendia que as características dos povos se devem à influência do meio natural, torna-se primordial situar a importância da cidade de São Paulo também pelo prisma geográfico além do histórico.

“[...] Como se vê, através de toda a história colonial da capitania, São Paulo ocupa o centro do sistema de comunicação do planalto. Todos os caminhos, fluviais ou terrestres que cortam o território paulista vão dar nele e nele se articulam [...]” (PRADO JÚNIOR, 1971, p. 104). Dessa forma, confirma-se a importância da localização geográfica da cidade.

Além da relevância geográfica, há a questão da expansão do café, a incipiente industrialização e a importância da mão de obra migrante e imigrante para a cidade de São Paulo; atividades de serviços diversas. Os fatores locacionais, citados pelo autor em seu livro, voltam a ter destaque, pois explicam o fato de São Paulo tornar-se a cosmopolita na virada do século XIX. Fatores como: centro econômico do Estado, por causa da produção cafeeira, que parte da Baixada Fluminense, passa pelo Vale do Paraíba e chega ao Centro-Oeste Paulista, vai consolidando o ritmo econômico da cidade, pois é no Oeste Paulista que a cultura do café encontra o solo e clima adequados; a ferrovia vai encurtar distâncias (muda a paisagem, surgindo cidades no seu entorno; mas por onde a ferrovia não passa, há casos de decadência de outras cidades já instaladas); a proximidade do porto de Santos, facilitando as exportações do café e as importações de insumos necessários, ainda não produzidos no país; mercado consumidor em expansão, principalmente como o imigrante; energia elétrica de fácil obtenção pela presença da bacia dos rios Tietê e Paraná; tudo acaba por apontar que a cidade de São Paulo teria condições de tornar-se uma grande metrópole, sem esquecer,

do capital obtido pela venda do café, sendo este considerado um divisor de águas entre a cidade colonial e moderna.

Nas narrativas dos memorialistas, cronistas, viajantes, escritores, fotógrafos, historiadores, o tema cidade de São Paulo, na virada do século XIX-XX, tem como foco a mudança pela qual a cidade passava. As transformações, presentes no espaço moderno que integram a “nova metrópole”, permitem observar alguns elementos das várias formas de sociabilidade que surgiram. Estas não eram apenas sob a atmosfera europeia que, de certa forma, influenciava a sociedade e o próprio processo de urbanização da metrópole que surgia, mas um crescimento urbano cheio de conflitos sociais, de preconceitos, de experiências vividas, temporalidades e elementos socio-culturais, específicos da própria cidade e do dia a dia das pessoas que aqui viviam. Uma cidade moderna que, na virada do século XIX ao XX, vivia o conflito rural-urbano, passando de uma cidade provincial e rural para uma cidade industrializada, que marcou o processo de urbanização por muitos anos, além da virada dos séculos já citados.

Tendo como discussão a comparação entre os memorialistas, Jacob Penteadó difere em relação a Jorge Americano (2004), quanto à classe social. Penteadó (2003), foi operário e tem um olhar mais crítico da cidade. “Belenzinho”, de 1910, é uma narrativa muito interessante. Tendo como principal destaque a vida do dia a dia, os pequenos acontecimentos do cotidiano, o autor conta sua infância em vários bairros, o trabalho de exploração infantil nas fábricas, a política, o sindicalismo, os tipos populares, as doenças que proliferavam pela falta de higiene e do modo de vida das pessoas, as greves, os conflitos entre portugueses e italianos, a religião, as brincadeiras das crianças, o bonde trazendo uma imagem muito viva do que era viver na primeira década do século XX.

Ao lado das descrições das ruas e dos lugares da cidade, Americano colocou uma ilustração que lembra o que Caio Prado Junior escreveu em seu livro *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, que São Paulo seria um centro articulador com feixes para todos os lados. A cidade como um

lugar de passagem interligando várias direções ao seu centro. Com certeza, a colocação das ilustrações deu uma riqueza de detalhes bem interessantes aos costumes e modos da época; aos estilos das construções; aos trabalhos caseiros; objetos usados nas brigas entre meninos; enfim, o envolvimento com a leitura passa a nos trazer a ansiedade de ter que aguardar as próximas crônicas. A emoção, a saudade, a impressão que já vivemos naquela época são também muito fortes nas memórias de Americano. A emoção e os sentimentos decorrentes das leituras, apesar de diferentes, nos conduziram ao passado de uma forma agradável, sem apelação. Não consigo expressar por palavras, mas há uma diferença marcada nessa emoção entre os memorialistas. Não sei se pelo fato de pertencerem a classes sociais diferentes, o olhar de ambos nos permite recuperar a história econômica e social da cidade, pelas experiências de vida diferentes, e aí está a riqueza dos trabalhos dos autores.

Jorge Americano pertencia a uma classe mais privilegiada e, portanto, em alguns aspectos, tem um olhar diferente da cidade. Mas, em ambos, é possível notar a presença da história econômica e social da cidade de São Paulo. No caso de *Penteado*, mais específico, pois retrata o bairro operário do Belenzinho, e em *Americano* uma visão mais geral da cidade.

No ano de 1894, é inaugurada a Escola Politécnica, instalada na chácara “Bom Retiro”, do Marquês de Três Rios, Joaquim de Sousa Aranha. Depois de algum tempo, a Escola Politécnica foi para Cidade Universitária na zona oeste da cidade de São Paulo. Mas, no Bom Retiro, existe homenagem ao Marquês até hoje na Rua Três Rios (AMERICANO, 2004, p. 97-381).

Um relato interessante a ressaltar no livro de *Penteado* é o preconceito em relação aos negros, pois está associado ao higienismo. Ele menciona o “aborrecimento” dos moradores brancos com o samba-batuque realizado por moradores negros na Rua Conselheiro Cotegipe, em comemoração ao dia 13 de maio. *Penteado*, com um olhar cercado de preconceitos e até de estranheza, descreve a festa como um ato de promiscuidade. Creio que com

um olhar até de maior estranheza do que talvez preconceito. A preocupação do autor com os problemas sociais da cidade é muito bem abordada: a exploração da mão de obra infantil, os descontentamentos da classe trabalhadora que tentava por meio das greves adquirir direitos mais justos e melhoria nas condições de trabalho. A questão da falta de higiene e de métodos preventivos levam às moléstias contagiosas. Isso tudo sempre atingindo a população mais pobre que vivia em lugares impróprios, próximos das várzeas dos rios, em cortiços escuros, úmidos!

As ilustrações inseridas no livro de *Americano* me chamaram a atenção. Na crônica “São Paulo, 1898”, *Americano* descreve:

[...] NESSE ANO, SÃO PAULO teria entre 150 e 200 mil habitantes. Além do triângulo Central (Ruas 15 de Novembro, Direita, São Bento), estendia-se para o da Liberdade até o largo desse nome, prosseguindo, meio rua, meio estrada, para Vila Mariana, com algumas chácaras. Da esquina da rua São Joaquim, partia a estrada de ferro de Santo Amaro[...]. (AMERICANO, 2004, p. 93).

Mas, apesar de *Americano* ter tido uma infância típica de família de classe média, conseguiu em suas crônicas, retratar aspectos importantes da sociedade da época. A questão da desigualdade social, ao comparar o modo de vida da classe média com a dos mais pobres. Para os mais ricos, as roupas eram feitas por costureiras; os mais pobres faziam em casa e havia aqueles que dependiam das doações de roupas usadas. O destaque para o lugar de moradia das pessoas.

DESAFIOS E GUERRAS ENTRE MENINOS (1904)

[...] Nós, dos Campos Elísios, éramos ‘gente fina’, e os do Bom Retiro não eram.

[...] Nos bairros de Campos Elísios e Vila Buarque, localizava-se toda gente de boa sociedade, que não era rica (...)" (AMERICANO, 2004, p. 50-52).

[...] QUEM QUISER SABER COMO tinha sido uma residência rica, vá à sede da Companhia Prado Chaves, na Rua de São Bento, onde residia até o fim do século passado a família Prado. No andar térreo, dependências.

[...] Mas isso era o fim de uma era. Agora as residências ricas eram chácaras ou quadras, nos arrabaldes. D. Veridiana em toda a extensão da rua do seu nome. Ficou com Antônio Prado Junior, reduzida a um quarteirão, na esquina da Avenida Higienópolis. Antônio Penteado (Conde Álvares Penteado) num parque com frente para a Avenida Higienópolis, faceando com Itambé e Sabará, e fundos para a Rua Maranhão. Doado o prédio para a Faculdade de Arquitetura pelos filhos, inverteu-se a entrada para a Rua Maranhão, e nas outras faces foram construídas casas de apartamentos [...]. (AMERICANO, 2004, p. 51)

[...] SÃO PAULO, 1898

[...] Saindo do centro, pelo Piques e Largo da memória, onde está o velho obelisco, ia-se, à esquerda, para um bairro miserável, o Bexiga [...]. (AMERICANO, 2004, p. 93)

Os papéis sociais que eram assumidos pelos casais de classe média. A mulher era dona de casa, as moças não podiam sair sozinhas. O pai “sustentava” a casa com seu trabalho. Mais uma vez a diferença social fortemente marcada por diferenças de classes. A mulher pobre tinha dupla jornada de trabalho: precisava trabalhar para ajudar o marido e ainda cuidar da casa. E ainda há muito preconceito em relação à mulher, independente de sua classe social. Vale citar o discurso “machista” que o autor faz em relação ao direito de a mulher votar. Para quê? Elas que sejam professoras, enfermeiras. Já existia uma discussão sobre o papel da mulher na sociedade e que estava mudando.

Também às crianças pobres e órfãs seria preciso dar uma utilidade no contexto do progresso social da época por meio do trabalho industrial, retirá-las da ignorância, salvá-las do crime e civilizá-las para atividades laborais que lhes dessem “dignidade”. Um belo discurso das elites que associam a ordem e progresso ao conceito de civilidade, quase sempre as ideias positivistas e de disciplina pela educação moral e intelectual.

[...] A Infancia desvalida

Ninguém desconhece a perniciosa influencia que sobre os destinos da sociedade exerce grande massa de creanças desvalidas, que, por falta de quem cure da sua educação, ficam á mercê da lei do destino, indo beber em fontes impuras de sordidas especulações o requinte do vício na depravação dos costumes.

[...] A necessidade de evitar que a sociedade soffresse um grande desperdício de forças em sua vida activa, levou os diversos povos do mundo a legislarem no intuito de tornar essas creanças, atiradas ao desamparo, por seus próprios Paes, futuros cidadãos que, prezando a sua dignidade pessoal, encontrassem no trabalho honesto os meios de subsistência, sem alterar a ordem de encontro aos preceitos Moraes que regulam as relações de individuo para individuo, e do conjuncto social [...]

É assim que os diversos ramos da industria podem proporcionar meios de uma educação activa, intellectual e moral a esses desvalidos que os azares da sorte lançara no turbilhão do mundo, fundando-se para isso estabelecimentos ruraes, onde elles se iniciem no amor do trabalho agrícola, principal fonte de riqueza publica; porque o individuo educado no habito do trabalho, dedicando as horas de repouso ás doçuras do lar domestico, encontrará nos braços da mulher e dos filhos as qualidades de um bom cidadão.

Neste tão louvável intuito, a província de S. Paulo, que é a primeira a realisar as grandes ideias que tendem ao progresso social,

acaba de ver ensaiado pelos srs. Gomes & Month, no município do Amparo, uma colônia orphanologica, onde os desamparados dos Paes encontram o habito do trabalho e os meios de subsistência, sem serem pesados á sociedade, por isso que o trabalho que elles produzem é também um capital, que sem vexame lhes compensa os favores recebidos [...]

Seja, pois licito que nós, os obreiros do progresso e os instrumentos da ordem, saudemos esses distintos paulistas, que procuraram arrancar do caminho do crime e do vicio essas creanças que em breve serão nossos irmãos na grande causa da actividade humana, substituindo na lavoura livre o trabalho do braço escravo, para egualarem todos os homens nos mesmos direitos e nos mesmos deveres, confraternizando-as nesta sublime verdade social – o progresso é o desenvolvimento da ordem [...]. (*Jornal da Tarde*, 23/02/1879).

Americano tem uma passagem, em suas crônicas, com um olhar sobre a fundação da Escola Politécnica de São Paulo. Penteado faz a mesma observação demonstrando a importância para a cidade fundar uma Universidade. Americano destaca o rápido crescimento de São Paulo em relação a outras cidades. Ao falar sobre educação, além da fundação da Escola Politécnica, ele cita nomes de personalidades importantes como Paula Souza, um dos diretores e professor da Escola Politécnica; Rodrigues Alves, Ramos de Azevedo, como professores. Comenta a influência positivista na proclamação da República: “[...] Em 1898, era muito recente a separação entre a Igreja e o Estado, e muito acentuada a influência positivista na proclamação da República[...]” (AMERICANO, 2004, p. 334). Na própria casa de Americano, ao escrever sobre a Guerra de 1914, há um diálogo entre os tios Eduardo e Zezé. Eduardo era católico e Zezé positivista e, para desviar a discussão, somente uma boa música. Na educação superior, o autor destaca

as Faculdades de Direito, a Escola Politécnica como já foi falado ao citar Pentead, a Escola de Medicina que surge em 1914.

A fábrica será o espaço de sistematização do controle da mão de obra, vilas serão criadas próximas ao local de trabalho. As políticas sociais objetivam equacionar os problemas relativos à fixação, ao controle e à formação de uma mão de obra operária e também a um modo de vida. Como exemplo, temos a Vila Maria Zélia, sua fundação possibilita a Jorge Street uma interferência racional na conduta dos trabalhadores por meio de uma sistemática social que leva a companhia a usar mecanismos de pressão, conduta e disciplina sobre o modo de produção e, portanto, também sobre seu modo de vida. Na educação, temos a construção de escola primária para filhos dos operários (quando também eram usados como mão de obra substitutiva). Na saúde, pela implantação de assistência médica; na religião, por meio de festas religiosas celebradas na vila; no lazer, promovendo bailes, passeios, jogos, teatro. No social, por construção de casas para os operários. Na ótica capitalista, a moradia terá valor de desfrute e valor de negociação. Quando a moradia é ofertada ao operário mediante aluguel módico, passa a intervir no processo de produção à medida que é somada pelo empresário ao salário. A mão de obra familiar, bem como o aprendizado e as crianças no trabalho industrial são utilizados na redução dos custos da substituição de mão de obra, ao mesmo tempo em que se obtém uma força de trabalho estável e disciplinada. O trabalho significa dignidade para o pobre como ética da exploração, é digno se submeter ao trabalho por um salário miserável e longas jornadas de trabalho, como boa moral e os bons costumes que conduziriam o homem honesto à civilização, a desocupação faria mal à mente e ao corpo livres para o pensamento e desejos que desvirtuam da retidão que se espera do homem ordeiro. Uma moral benéfica aos donos do modo de produção. O discurso como instrumento que legitima pelo convencimento o pobre a conquistar seu trabalho com o suor do seu rosto como projeto burguês de dominação.

[...] O argumento moralista utilizado pelo discurso patronal procura eximir-se de qualquer acusação de desumanidade, legitimando-se perante a opinião pública. Afinal, quantas crianças não haviam sido retiradas dos orfanatos, das casas de caridade, dos juizados de menores, onde viviam abandonadas em condições muito precárias, para serem empregadas nas primeiras fábricas instaladas no país?

[...] A Ideia de que o trabalho viria regenerar e moralizar esta população desocupada e abandonada assumia a forma do exercício da caridade. Os pobres, segundo o imaginário social, eram figuras culpadas porque se recusavam a pertencer ao mundo da produção, colocando-se à margem da sociedade; por isso deveriam ser reintegrados a todo custo [...]. (RAGO, 1997, p. 139)

Lendo os memorialistas, percebe-se o quanto a questão positivista existiu e influenciou a sociedade na virada do século XIX. E, em ambos memorialistas, aparece a fundação da Escola Politécnica. Os dois demonstram os encontros e desencontros de uma cidade que surgia em um rápido crescimento populacional e, com ele, todos os problemas de uma cidade urbanizada e crescendo de uma forma desordenada, sem planejamento e criando espaços com paisagens diferenciadas e marcadas pela concentração de riquezas e sua má distribuição. Através dos memorialistas, é possível conhecer um pouco do que foi viver na cidade de São Paulo na virada do século XIX. Entre uma utopia das elites em revelar seus símbolos e formas de poder na paisagem. Que tem na exploração dos pobres por meio do controle e vigilância a disciplina, a utopia da grandeza paulistana dos antepassados garantida pelos “heróis” positivistas, engenheiros, médicos e advogados, como propulsores da civilização, quase todos ricos ou próximos a setores elitizados. Na prática, o bairrismo e o provincianismo sempre prevaleceram como garantidores de uma cidade construída na ordem e no pro-

gresso material pelos contrastes sociais, embora negados todos os dias pela elite hegemônica.

[...] Se, até meados do século XIX, S. Paulo era uma cidade pequena e pobre, a criação de novas modalidades de urbano e meios de comunicação vão modificá-la e a industrialização a enriquece. A presença todo-poderosa da eletricidade convive com o que restou da iluminação a gás e os automóveis vão substituindo os tálburis, landôs e fiacres. Nos primeiros vinte anos do século XX, a população passa de 230 mil habitantes a 579 mil. Época relativamente estável no panorama internacional, mas preparava as notáveis mudanças trazidas pelas duas grandes guerras do século vinte, na São Paulo daquele tempo fermentavam as condições a partir das quais emergiram as São Paulo que foram focalizadas por Jorge Americano nos livros que seguiam-se a este, São Paulo nesse tempo e São Paulo atual, o último abrangendo o intervalo 1935-1962 [...]. (AMERICANO, 2004, p. 15)

Observa-se, nesse período, que não havia ainda uma legislação trabalhista em vigor, nem a regulamentação da jornada de trabalho, muito menos direitos trabalhistas. As greves, que farão parte do cenário urbano, em especial por setores anarcossindicalistas, se darão em virtude das péssimas condições de vida e trabalho, de homens, mulheres e crianças com jornadas exaustivas e fatigantes de trabalho. Algo em comum: todos pobres e na labuta diária para sobreviver. Personagens de uma civilização que nega os direitos aos pobres pela sua condição social associada à ignorância, submissão, e privilegia os ricos como letrados e cultos. No entanto, esses personagens revelam pelas suas práticas e ideias socialistas uma trajetória de vida que permite reagir ao seu modo. A construir e reconstruir suas histórias de vida cotidianamente.

GREVE

– A GREVE ESTÁ se alastrando. O Estado dá notícias de tiroteios com a polícia, ontem no Brás. Eu não compreendo que se queira forçar gente a trabalhar. A polícia não devia intervir.

– Mas é que os grevistas impedem os outros de trabalhar. A polícia precisa intervir.

– Que é que eles querem, afinal? Não é aumento de salários?

– Não! Eles querem forçar o dono da fábrica a readmitir dois operários postos na rua. Com certeza são socialistas ou anarquistas.

– Mas como é que o patrão há de readmitir? Por que é que ele os demitiu? Com certeza eram maus empregados.

– Não havia de ser por serem socialistas ou anarquistas. O anarquista é anarquista na Europa, porque não tem trabalho e passa fome. Quando chega aqui e arranja emprego não quer mais saber de anarquismo. Isto aqui é um céu aberto.

– Mas há os que não desistem.

– É porque não querem trabalhar.

– Às vezes não é. Olhe o caso daquele tipógrafo. Era o melhor empregado da tipografia. Mas sempre que havia greve, ia-se ver, era ele que imprimia e espalhava os boletins.

– É a tal ‘meia instrução’. Um tipógrafo considera-se intelectual. Fazer propaganda socialista! Mas que absurdo!

– Se dividirem hoje em partes iguais toda a fortuna do mundo, amanhã haverá outra vez ricos e pobres. Uns guardam, outros botam fora.

O que querem é a desordem, a anarquia, Veja os atentados, uns atrás dos outros. O assassinato do presidente McKinlay dos Estados Unidos. O de Sady Carnot, na França. O do Rei Humberto I, na Itália. Os dois atentados contra o Rei da Espanha. E o tiro contra Prudente de Moraes, aqui no Brasil,

pelo Marcelino Bispo que alcançou e matou o Marechal Bittencourt. Agora Buiça, matando o Rei D. Carlos e o Príncipe D. Luís, em Lisboa.

– Já não vale a pena ser cabeça coroada nem presidente.

A greve alastrou-se. Quiseram forçar o pessoal da Light a aderir. Saíram para a rua piquetes de cavalaria.

Os bondes foram policiados por guardas de carabina embalada, nas duas plataformas. Houve guardas à porta dos bancos e dos edifícios públicos.

Aos poucos tudo foi amainado e a greve acabou. (AMERICANO, 2004, p. 322)

Era comum o trabalho das mulheres em casa ‘costurando para fora’, no limiar do século XIX/XX. Hábito comum, na vida cotidiana da cidade, uma atividade econômica que perpassa ao advento industrial brasileiro. E que revela indícios do trabalho como prática informal à época, realizados inclusive nas moradias precárias de famílias pobres.

TRABALHOS CASEIROS

[...] NÃO HAVIA MUITAS lojas de roupas feitas para crianças: ‘Au Bon Diable’, ‘Empório Toscano’, ‘Casa Alemã’. Nem sempre se encontrava o que se queria.

Também não havia vestidos-modelo, nem mesmo roupas para o bate-bate caseiro das senhoras.

Por isso proliferavam as costureiras que vinham buscar encomendas com os respectivos moldes, e traziam a confecção três dias depois. Dentro desse programa, costuravam desde babadores e fraldas até roupas de meninos de calças curtas [...].

[...] Os vestidos de senhoras orientavam-se pelos figurinos franceses, ou brasileiros que os copiavam escandalosamente.

Gente de recursos médios chamava a costureira, dava-lhe o

molde tirado do figurino, cortado em folhas de jornal e depois ia experimentar.

Gente de menores recursos fazia isso em casa, com a máquina de costura, que não faltava nas casas abaixo da média econômica [...].

[...] Eu tenho a impressão de que os que escrevem 'Naquele tempo' omitem quase sempre os menos favorecidos, salvo quando gaiatos, boêmios ou tipos populares. Por isso quero referir também aqui os que compravam roupas feitas na Ladeira João Alfredo (Rua General Carneiro) ou na Rua da Estação (Rua Mauá).

Abaixo deles, os que se vestiam nas casas de roupa usada.

Abaixo, os que recebiam dada a roupa usada.

E ainda abaixo os que recebiam 'de esmola'. 'Tudo isto existe, tudo isto é triste, tudo isto é fado' [...]. (AMERICANO, 2004, p. 63-64)

Atividades informais presentes ainda hoje eram frequentes naquela época como entregadores de jornais, vendedores de leite que passavam nas portas das casas em geral no mesmo horário para atender sua clientela.

VENDEDORES AMBULANTES

ÀS CINCO PASSOU o entregador de jornais. Faz a entrega e a venda avulsa. Estado! Correio! Comércio!

Às seis horas da manhã, bateu á porta seu José leiteiro [...].
(AMERICANO, 2004, p. 101-103)

No contexto da modernização da cidade de São Paulo, temos a iluminação, o sistema viário, o surgimento da Escola Politécnica, ou seja, era o progresso técnico e científico em benefício muito mais da elite da época.

ILUMINAÇÃO

[...] O HOMEM VINHA AO cair da noite com pau comprido ao ombro, tendo na parte inferior uma seringa de borracha, de onde saía um tubo estreito até a ponta superior com um gancho de ferro. Parava e acendia. Na frente de nossa janela, havia um lampião e todas as tardes ao anoitecer eu assistia ao ato [...].

[...] Anos depois, estes mesmos lampiões serviram para a nova iluminação com bico 'Auer' [...].

[...] Iniciou-se, concomitantemente, a lâmpada elétrica a arco voltaico, que no centro da rua pendia de um fio entre dois postes. Era coberta contra a chuva, e alimentava a luz por duas pontas de carvão mineral, eletrificadas por correntes, negativa e positiva. A sucessão de faíscas produzia a luz. Veio depois o sistema de lâmpadas Edson, com filete de carvão e, finalmente, com os atuais filetes metálicos.

Nos dias de festas, a iluminação nos edifícios públicos e ruas centrais era feita por estrelas de gás [...]. (AMERICANO, 2004, p. 125-126)

Podemos refletir acerca da crença no Progresso como sinônimo de civilização para a elite. Uma utopia como desejo de melhoria de vida para poucos. Não há, porém, que negar que a ciência em alguns aspectos trouxe avanços como a descoberta de vacinas, cura de doenças, encurtou distâncias; por outro lado, o discurso foi apropriado, utilizado, convertido em um progresso que beneficiou a poucos. A modernidade significou vida na cura de doenças e morte quando utilizadas para fins bélicos com a invenção da pólvora e das Guerras e mesmo do aeroplano para bombardear cidades e destruir vidas. Eis as contradições do Progresso. Vista com entusiasmo e também com receio. O Encantamento com o novo e o medo de não dominá-lo.

CONVERSAÇÕES

(Sobre o Progresso)

– O SÉCULO PASSADO chamou-se o século da luz. Da candeia, da lamparina e do lampião de querosene, passou-se ao gás.

– Você lembra da Cidade e as Serras, do Eça de Queiroz? Ele considera, ali por 1880, o supra-sumo da civilização a iluminação ao gás.

– Pois é. Entretanto, ele próprio chegou a ver a luz elétrica.

– Tenho a impressão de que não resta muita coisa a descobrir. O vapor e a eletricidade resolveram uma infinidade de problemas: navios e locomotivas a vapor, automóveis a gasolina, iluminação, fabricação mecânica de tecidos.

– A explosão resolveu outra porção de coisas. Do revólver à pólvora, passou-se à gasolina dos carros, depois veio a dinamite, do Nobel. Favoreceu a guerra...

– Haverá paz no mundo, algum dia?

– Quem sabe? Santos Dumont inventou o balão dirigível e depois o aeroplano. As primeiras aplicações, tanto do dirigível como do aeroplano, foram para a guerra. O que será depois?

– Bem. É possível que o aeroplano venha a servir como meio de transporte.

– A pequenas distâncias sim, como fez Blériot com a travessia entre França e a Inglaterra. Mas atravessar o oceano? A carga de gasolina impede o levantamento do vôo.

– Para obviar, pode-se pensar em duas hipóteses. Uma, de navios carregados de gasolina, estacionados em alto mar a cada 500 quilômetros na rota dos hidro-aeroplanos. A outra, a do aproveitamento das ilhas existentes e intercalamento de ilhas flutuantes, ancoradas, com plataformas do comprimento de

200 metros para descer e subir. Neste caso o próprio aeroplano serve, não sendo preciso o hidro-aeroplano.

– É loucura. Como irá um aeroplano atravessar o mar, sem flutuação, no caso de cair? Além disso, você imagina tudo muito fácil. Essas ilhas flutuantes serão deslocadas com os ventos e as correntes marítimas.

– Não! Serão ancoradas.

– Com uma corrente da profundidade de cinco mil metros? É absurdo.

– Veremos.

– Seja como for, o progresso é uma grande coisa. Veja o caso de Marconi. Não se precisa mais gastar fio de arame para mandar telegrama.

– O que intriga é a dificuldade de selecionar. Se eu passo daqui um telegrama sem fio ele cruzará forçosamente com outros, passados do Rio, de Campinas ou qualquer parte do mundo. Como é que a estação destinatária distinguirá entre os sinais cruzados? (AMERICANO, 2004, p. 330-331)

Também o progresso não significa melhoria para todos, muito menos redução das desigualdades; ao invés, são acentuadas, pois não há trabalho para todos, e exige-se qualificação profissional para ocupar as profissões advindas com a incipiente industrialização.

MENDIGOS

O 'RENDEZ-VOUS' DOS mendigos era aos domingos às portas das igrejas. Sentados nos degraus externos, respeitosos, estendendo os chapéus e recebendo vinténs. 'Deus lhe pague.' Se caía um tostão, era por engano, ou para que a namorada visse. Porque os tostões e duzentos réis eram reservados para quando

passasse pelos bancos e alas da igreja a senhora da irmandade que angariava donativos.

Não havia assistência social, nem associações de caridade.

Não tenho ideia de mendicidade feminina, nem infantil.

A miséria não se exibia. O mendigo não expunha feridas, não andava pelo centro da cidade, ia pelos bairros e batia às portas. Era cego, ou tinha uma perna de pau, ou duas muletas. Ou era extremamente velho.

Se batia em casa à hora do almoço, em geral preferia comida; recebia alimento numa lata de goiabada vazia (Deus lhe pague), sentava na soleira e comia. Se já tinha comido noutra porta, pedia desculpas e dizia que já almoçara, mas aceitava um pedaço de pão (Deus lhe pague), que enfiava num saquinho. Se lhe davam roupa velha ou um par de sapatos (Nosso Senhor lhe ajude) tirava do bolso um jornal velho, abria, levava tempo fazendo o embrulho bem feito, tirava do bolso um rolinho de barbante, amarrava bem amarrado, e ia bater noutra porta, receber um vintém.

– Que é que se comprava com um vintém?

– Duas bananas, ou um pãozinho pequeno, do tamanho de um ‘croissant’. (AMERICANO, 2004, p. 144-145)

O positivismo foi um modelo que funcionou para o progresso e para “civilizar” o país, mas esse discurso não alterou a situação em que o país vivia: a escravidão continuará até o final do século XIX; a maioria da população continuava pobre, analfabeta; o ensino era elitizado, ou seja, poucos chegavam ao curso superior, e as opções eram poucas: direito, medicina e engenharia. O povo continuava à margem das mudanças e dos discursos que permeavam o século XIX. Muito ainda precisaria ser feito para mudar esse quadro econômico e social, e isso seria possível por meio da educação. Enquanto a educação não atingisse a todos, ficaríamos à margem dos avan-

ços científicos e tecnológicos que já aconteciam na Europa. O autor José Murilo de Carvalho faz uma afirmação interessante ao caracterizar o século XIX em artigo “Cidadania: tipos e percursos”:

Não é difícil apontar razões sociológicas para explicar a diferença brasileira. Entre elas, a escravidão, que negava a cidadania, mesmo civil, a boa parte da população; o patriarcalismo, que a negava às mulheres; o latifúndio que fazia o mesmo com seus dependentes. Como vimos, os membros mais esclarecidos da elite política e da burocracia queixavam-se constantemente dos obstáculos à operação das instituições importadas. Referiam-se aos costumes, ao estado moral do país, à falta de luzes e ilustração, ao baixo nível de educação e civilização, à influência dos potentados locais, à ausência de uma opinião pública. Referiam-se, enfim, a uma sociedade que mal começava a engatinhar na vida civil e política. Não há razão para desconfiar da sinceridade dessas queixas, a não ser que se adote visão funcionalista do estado como sendo mero instrumento de poder dos latifundiários. Boa parte da elite dividia-se entre um iluminismo esclarecido, de olho nos modelos europeus, e a necessidade de se adaptar a uma realidade muito mais intratável. (CARVALHO, 1996, p. 355. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2029/1168>>. Acesso em: 19/11/2011 às 22h)

A partir da análise do positivismo nos primórdios da República em São Paulo e sua adaptação à realidade local pelas elites, enquanto realizadoras do projeto utópico de civilidade que associava medidas de higiene à pobreza, podemos identificar permanências e rupturas ao longo da história e indícios para uma melhor compreensão do presente. O discurso como elemento impulsionador de uma “modernidade” traduzida em progresso material para as elites, e precariedade nas condições de vida e trabalho

para a maioria. Inclusive o positivismo, com as devidas deturpações da sua concepção original da crença no progresso, acaba por legitimar ações que visavam muito mais manter sob controle segmentos pobres da população, desempregados, trabalhadores e a maioria ex-escravos e nacionais alijados do processo civilizatório como constituidor de uma massa desvalida, analfabeta que não tinha nem mesmo direito ao voto.

Portanto, a concepção de ordem e progresso com o advento republicano significou uma técnica burguesa de difusão de ideias próxima à modernidade. Representada na prática social para o pobre como questão de saúde pública e caso de polícia, pela negação de direitos e instrumento para efetivação de uma tradição elitista, em especial com o incipiente capitalismo da cidade. E as greves e manifestações operárias significaram a luta dos setores anarcossindicalistas por melhores condições de vida e trabalho em condições adversas, pois nem mesmo legislação trabalhista havia nessa época. E a população não tinha uma consciência de classe formada, embora a utopia socialista existisse, a partir de 1917 com a revolução Russa, a criminalização e mesmo a violência contra os operários e trabalhadores significou a resistência e morte de heróis precursores do sindicalismo.

Essas considerações acerca da cidade de São Paulo e suas transformações econômicas, políticas e sociais são essenciais para entendermos o pensamento tradicional das elites e se refletem na contemporaneidade devido à questão central das nossas raízes históricas calcadas no autoritarismo. Esta sociedade “moderna”, periférica, de importação de modelos estrangeiros, incluía a influência das luzes provenientes das Revoluções Americana e Francesa, aliada ao modelo de dependência imperialista das potências europeias capitalistas e industriais com as devidas adaptações à realidade local da recém escravidão e exploração de riquezas para fora. Na constituição do ideal de sociedade urbana, nega-se o elemento nacional e vai se formar um projeto de sociedade pensado pela elite que cultua padrões de uma cultura “civilizada”. Investe-se no imigrante, ao dar-lhe espaço de miscigenação para o “embranquecimento” do povo. Porém nossas raízes continuarão assenta-

das numa modelo de elite ordeira, autoritária que preza pela manutenção de seus privilégios a partir da ideia de ordem e progresso. Nesse sentido o modelo de República do período que permeia a passagem do século XIX-XX, se assenta em especial nos discursos positivistas e evolucionistas. Portanto, a concepção de modernidade paulistana não pode ser entendida sem essa matriz histórica como constitutiva do pensamento das elites ditas civilizadas fundamentadas muito mais em uma tradição discursiva que associa o atraso (do sertão) com o moderno (urbano), ligadas como irmãs siamesas que não realiza o progresso social da modernidade nos trópicos.

Referências

- AMERICANO, Jorge. *São Paulo Naquele Tempo (1895-1915)*. 2ª ed. São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um/Carbono 14, 2004. 431p.
- _____. *São Paulo Nesse Tempo (1915-1935)*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. *Revista de Estudos Históricos*. Vol. 9, n. 18, Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2029/1168> >. Acesso em: 19/11/2011 às 22h.
- JAPIASSÚ, H. F. & MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 5ª med. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 309p.
- JORNAL DA TARDE. *A Infancia desvalida*. São Paulo, 23/02/1879
- PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910 (retrato de uma época)*. 2ª ed. São Paulo: Carrenho Editorial, 2003.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré Ao Lar (A Utopia da Cidade Disciplinar-Brasil 1890-1930)*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem espectador – A idéia de Progresso*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 154 p.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 1ª ed. São Paulo: Best Seller, 1999. 650p.

SANTOS, Maria Cecília Loshiavo dos. *Escola Politécnica de 1894-1984*. São Paulo: EDUSP, 1985.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 1993. 513p.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A Fábrica do sonho Trajetória do industrial Jorge Street*. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990. 194p.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-Chave – um vocabulário de cultura e sociedade*. Trad. Sandra Guardini Vasconcelos. Prefácio Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Boitempo, 2007. 457p.

▼ recebido em 1º mar. 2012 / aprovado em 26 nov. 2014

Para referenciar este texto:

OLIVEIRA SOBRINHO, A. S. A influência positivista em São Paulo nos primórdios da República: memórias do progresso e da pobreza associada ao higienismo. *Prisma Jurídico*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 159-190, jul./dez. 2014.